

Marcelo Augusto da Silveira

RECURSOS, SUCEDÂNEOS RECURSAIS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Teoria Geral dos Recursos • Recursos em Espécie •
Processamento dos Recursos nos Tribunais • Ações
Autônomas de Impugnação e Sucedâneos Recursais

2020



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia Tel: (71) 3045.9051 • Contato:
<https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ideia Imprensa (ideiaimpresadesign@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

170 196

S587r Silveira, Marcelo Augusto da.

Recursos, sucedâneos recursais e ações autônomas de impugnação no CPC: teoria geral dos recursos: recursos em espécie, ações autônomas de impugnação e o seu processamento nos tribunais / Marcelo Augusto da Silveira – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
960 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-442-3140-1.

1. Julgamento e vias de recursos. 2. Direito processual civil. I. Silveira, Marcelo Augusto da. II. Título.

CDD 341.435

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

PARTE I
Teoria Geral
dos Recursos Cíveis

Capítulo I. Noções Gerais	27
1. Excertos iniciais	27
1.1 Distinções entre processo e procedimento.....	27
2. Atos processuais	28
2.1 Pronunciamentos judiciais passíveis ou não de recurso (arts. 203 a 205/CPC/15)	28
2.1.1 Sentença	28
2.1.2 Decisão interlocutória.....	32
2.1.3 Despachos.....	34
2.1.4 Atos meramente ordinatórios	35
2.1.5 Pronunciamentos proferidos nos tribunais.....	36
3. Conceito de Recurso.....	38
4. Natureza Jurídica.....	40
5. Finalidade dos Recursos	41
6. O órgão revisor e o processamento do recurso.....	42
7. Espécies e classificações dos recursos cíveis.....	43
8. Recurso adesivo.....	45
9. Nomenclatura	49
Capítulo II. Princípios Norteadores da Sistemática Recursal	55
1. Princípio do duplo grau de jurisdição	55
1.1 O duplo grau é princípio ou garantia constitucional?.....	57
2. Princípio da colegialidade.....	60
2.1 Princípio da reserva de plenário.....	62
3. Princípio da taxatividade recursal (ou da correlação, ou da tipicidade, ou do cabimento, ou da adequação, ou ainda, da correspondência)	63
4. Princípio da unirecorribilidade (ou da unicidade, ou da singularidade)	65
5. Princípio da fungibilidade recursal.....	68
5.1 Fungibilidade Recursal expressa no CPC/15.....	69

5.1.1	Artigo 1.024, § 3º – Conversão de embargos de declaração em agravo interno.....	69
5.1.2	Artigos 1.032 e 1.033 – Conversão de recurso especial em extraordinário e vice-versa.....	70
5.2	Requisitos para aplicação da fungibilidade recursal fora das duas situações previstas no texto legal.....	71
6.	Princípio da dialeticidade.....	75
7.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>.....	78
8.	Princípio da ampla defesa e contraditório.....	81
9.	Princípio da voluntariedade.....	82
10.	Princípio da preclusão consumativa (consumação) ou não complementaridade.....	84
11.	Princípio do ônus do recurso ou da sucumbência recursal.....	85
12.	Princípio da primazia do julgamento do mérito recursal ou da mitigação da jurisprudência defensiva.....	88
Capítulo III. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito.....		107
1.	Considerações Iniciais.....	107
2.	Distinções entre o juízo de admissibilidade e o juízo de méritos recursais.....	108
3.	Competência para o juízo de admissibilidade recursal.....	109
4.	Requisitos de admissibilidade.....	112
4.1	Relação dos requisitos de admissibilidade.....	114
4.1.1	Cabimento.....	114
4.1.2	Legitimidade para recorrer.....	114
4.1.2.1	Parte vencida.....	114
4.1.2.2	Terceiro prejudicado.....	115
4.1.2.3	Legitimados não expressamente previstos.....	120
4.1.2.4	Ministério Público.....	123
4.1.3	Interesse em recorrer.....	124
4.1.3.1	Interesse recursal na cumulação de pedidos.....	127
4.1.3.2	Casuísticas quanto ao interesse em recorrer.....	128
4.1.4	Tempestividade.....	129
4.1.4.1	Prazos especiais.....	137
4.1.4.2	Meios peculiares de interposição de recurso e consequências para o prazo recursal.....	139
4.1.4.3	A (in)tempestividade do “recurso prematuro”.....	141
4.1.4.4	Ausência de publicação da decisão em nome do advogado indicado pela parte.....	143
4.1.5	Preparo.....	143
4.1.6	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	147
4.1.7	Regularidade formal.....	153
5.	As consequências da ausência dos requisitos de admissibilidade diante do princípio insculpido no CPC/15 da “primazia do julgamento do mérito” – vícios <u>sanáveis</u> e vícios <u>insanáveis</u>.....	157
5.1	Vícios sanáveis.....	158

5.2	Vícios insanáveis.....	160
6.	Juízo de mérito	161
6.1	Mérito da causa e mérito do recurso	162
6.2	Alegações de mérito – “error in procedendo” e “error in iudicando”	164
	Capítulo IV. Efeitos dos Recursos.....	171
1.	Introito.....	171
1.1	Efeito obstativo.....	171
1.2	Efeito devolutivo	171
1.2.1	Quanto à extensão.....	173
1.2.1.1	Extensão e matérias de ordem pública.....	175
1.2.2	Quanto à profundidade	179
1.3	Efeito suspensivo	184
1.3.1	Efeito ativo (contrassuspensivo ou suspensivo inverso), uma tutela provisória recursal.....	194
1.3.2	Efeito suspensivo X cumprimento provisório de sentença.....	196
1.4	De volta ao “efeito devolutivo – “subefeitos” do efeito devolutivo ou qualidades (ou caracteres) inerentes a algumas espécies recursais.....	200
1.4.1	Efeito ou caráter regressivo (ou de retratação).....	200
1.4.2	Efeitos ou caracteres “condicionado” e “diferido”.....	202
1.4.3	Efeito ou caráter substitutivo.....	203
1.4.4	Efeito ou caráter expansivo.....	204
1.4.4.1	Efeito ou caráter expansivo objetivo (interno e externo)	205
1.4.4.2	Efeito ou caráter expansivo subjetivo (ou extensão subjetiva dos efeitos do julgamento – quanto às partes).....	206
1.4.5	Efeito ou caráter translativo	207
1.4.6	Efeito ou caráter anulatório.....	210
1.4.7	Efeito ou caráter integrativo.....	210
	Capítulo V. Do processamento e julgamento dos recursos nos tribunais	217
1.	Do procedimento dos recursos nos tribunais.....	217
1.1	Do protocolo, registro e distribuição dos processos.....	217
1.2	Dos poderes e incumbências do relator.....	219
1.2.1	Da recorribilidade das decisões do Relator	246
1.3	Fato superveniente à decisão recorrida.....	247
1.4	Da ordem de julgamento, inclusão e publicação da pauta	249
1.5	Da sessão de julgamento – Sustentação oral.....	249
1.6	Questões preliminares e votação.....	251
1.7	Do pedido de vista.....	252
1.8	Ampliação do colegiado em caso de divergência (técnica de ampliação do colegiado)...	253
1.9	Publicação do acórdão	262
1.10	Composição e ordem de julgamento da apelação e do agravo de instrumento	263

PARTE II

Outros meios de impugnação de decisões judiciais – Sucedâneos Recursais e Ações Autônomas de Impugnação

Capítulo VI. Outros meios de impugnação de decisões judiciais – Sucedâneos Recursais e Ações Autônomas de Impugnação	271
1. Meios de Impugnação de decisões judiciais – generalidades	271
1.1 Sucedâneos Recursais.....	272
1.1.1 Espécies de Sucedâneos Recursais.....	273
1.1.1.1 Correição Parcial.....	273
1.1.1.2 Suspensão da Segurança	276
1.1.1.3 Pedido de Reconsideração	278
1.1.1.4 Remessa Necessária (Reexame necessário).....	280
1.1.1.5 Técnica de ampliação do órgão colegiado do novel art. 942 do CPC/15.....	286
1.2 Ações autônomas de impugnação	287
1.2.1 Das diversas espécies de ações autônomas de impugnação.....	288
1.2.1.1 Reclamação	288
1.2.1.1.1 Questões temporais e procedimentais.....	294
1.2.1.2 Ação Rescisória	301
1.2.1.2.1 Ação rescisória contra coisa julgada formal e contra decisão de inadmissão de recurso (§ 2º do art. 966 do CPC/15)	306
1.2.1.2.2 Requisitos	307
1.2.1.2.2.1 Se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (<i>inc. I</i>)	324
1.2.1.2.2.2 For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (<i>inc. II</i>)	326
1.2.1.2.2.3 Resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei (<i>Inc. III</i>).....	328
1.2.1.2.2.4 Ofender a coisa julgada (<i>inc. IV</i>).....	330
1.2.1.2.2.4.1 Concomitância de coisas julgadas ..	332
1.2.1.2.2.5 Violação manifesta da norma jurídica (<i>inc. V</i>)	336
1.2.1.2.2.5.1 Contrariedade à norma jurídica e precedentes – cabimento da ação rescisória.....	337
1.2.1.2.2.5.2 Peculiaridades	343
1.2.1.2.2.6 For fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória (<i>inc. VI</i>).....	344
1.2.1.2.2.7 Obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de	

	Ihe assegurar pronunciamento favorável (inc. VII).....	345
	1.2.1.2.2.7.1 Prova nova e exame de DNA.....	347
	1.2.1.2.2.8 For fundada em erro de fato verificável do exame dos autos (inc. VIII).....	350
	1.2.1.2.2.9 Fundamento para invalidar confissão, desistência e transação (retirado do CPC/15).....	351
	1.2.1.2.3 Legitimidade.....	352
	1.2.1.2.4 Procedimento.....	357
	1.2.1.2.5 Disposições Finais.....	366
1.2.1.3	Ação anulatória prevista no art. § 4º do art. 966.....	369
	1.2.1.3.1 Ação anulatória em relação a atos processuais.....	370
	1.2.1.3.2 A questão da ação anulatória e os atos processuais que não exigem homologação.....	373
	1.2.1.3.3 Polêmicas acerca do cabimento da ação anulatória.....	376
	1.2.1.3.4 Ação anulatória e conteúdo da decisão homologatória – trânsito em julgado.....	376
	1.2.1.3.5 Informações gerais envolvendo a ação anulatória.....	383
	1.2.1.3.6 Situação excepcional do art. 658 do CPC.....	384
1.2.1.4	Querela <i>nullitatis insanabilis</i> – transrescisória.....	385
1.2.1.5	Atos processuais e/ou decisões nulas de pleno direito e inexistentes (<i>querela nullitatis insanabilis</i>): <u>Ação declaratória de nulidade de ato jurídico-processual do art. 19, I do CPC (actio nulitatis)</u>	393
1.2.1.6	Mandado de Segurança contra ato judicial.....	393
	1.2.1.6.1 Decisões interlocutórias no CPC/15 e Mandado de segurança.....	398
	1.2.1.6.2 Prazo para o Mandado de segurança e trânsito em julgado da decisão.....	400
	1.2.1.6.3 Utilização do Mandado de segurança contra decisões proferidas nos Juizados Especiais Cíveis.....	402

PARTE III

Recursos em Espécie

Capítulo VII. Apelação.....	423
1. A evolução do conceito legal de sentença e o CPC/15.....	423
2. Cabimento.....	428
2.1 Causas internacionais (art. 1.027, II, “b”/CPC c/c arts. 36 e 37 da Lei 8038-90).....	434
2.2 Recurso inominado contra sentença nos Juizados Especiais (Lei 9.099/95, 10.259/01 e 12.153/09)......	435
2.3 Embargos infringentes de alçada contra sentenças proferidas em execução fiscal de até 50 ORTN (Lei 6.830/80).....	437
2.4 Sentença decretatória de falência (Lei 11.101/05).....	437

2.5	“Sentença” parcial de mérito também se constitui num exemplo excepcional de sentença não passível de apelação?.....	438
3.	Legitimidade para apelar	440
4.	Fundamentos que podem ser alegados	441
5.	Requisitos da petição de apelação (art. 1.010/CPC)	443
6.	Preparo	448
7.	Procedimento no juízo a quo	449
8.	Procedimento no juízo ad quem	452
9.	Efeitos	458
9.1	Efeito suspensivo	459
9.1.1	Efeito ativo (contrassuspensivo ou suspensivo inverso), uma “tutela provisória no âmbito recursal”	471
9.1.2	Procedimento do requerimento do efeito suspensivo ou ativo	473
9.1.3	Efeito suspensivo quanto a capítulos da sentença e ações conexas	474
9.1.4	Efeito suspensivo e as tutelas provisórias deferidas no processo	476
9.2	Efeito devolutivo	477
9.2.1	Teoria da “causa madura” e análise dos incisos do § 3º.....	480
9.2.2	Art. 1.013, §§ 3º e 4º vs. duplo grau de jurisdição.....	488
9.2.3	Art. 1.013, § 3º – <i>ex officio</i> ou a requerimento da parte?.....	489
9.2.4	O art. 1.013, § 3º, como hipótese excepcional de <i>reformatio in pejus</i>	490
9.2.5	O art. 1.013, §§ 3º e 4º, e matérias de ordem pública	490
10.	Alegação de novos fatos (art. 1.014).....	494
11.	Hipóteses excepcionais do juízo de retratação de sentença (efeito ou caráter regressivo)	497
12.	Apelação na pendência de julgamento de embargos de declaração.....	503
CAPÍTULO VIII. Agravo de Instrumento.....		513
1.	Conceito e cabimento	513
2.	Modalidades de agravo	516
2.1	A extinção da modalidade de agravo na forma retida e sua substituição pelo formato previsto no § 1º do art. 1.009 do CPC/15, que trata das decisões interlocutórias impugnáveis pela via da apelação	517
2.2	Agravo de Instrumento – hipóteses de cabimento	519
2.2.1	Tutelas provisórias	521
2.2.2	Mérito do processo	528
2.2.3	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	534
2.2.4	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	536
2.2.5	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.....	541
2.2.6	Exibição ou posse de documento ou coisa.....	543
2.2.7	Exclusão de litisconsorte	546
2.2.8	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	547
2.2.9	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	549

2.2.10	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.....	557
2.2.11	Redistribuição no ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	565
2.2.12	Outros casos expressamente referidos em lei.....	567
2.2.13.	Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	569
3.	Quanto às decisões interlocutórias capazes de causar prejuízo à parte (<i>periculum in mora</i>), mas não passíveis de agravo de instrumento (não listadas no rol do art. 1.015 do CPC/15) – Rol taxativo?	573
3.1	Possibilidade de flexibilização ou ampliação das hipóteses agraváveis.....	575
3.2	A visão do STJ sobre o tema. Julgamento de Recursos Especiais representativos da controvérsia (repetitivos) – REsp 1.696.396/MT e 1.704.520/MT (ambos com acórdãos publicados no DJe de 19/12/2018).....	583
3.3	Possibilidade do uso do mandado de segurança contra ato judicial	590
4.	Decisões que podem suscitar dúvidas quanto ao recurso cabível (art. 548, III – na ação de consignação em pagamento; e, art. 550, § 5º – na ação de exigir contas, ambos do CPC/15) – aplicação do princípio da fungibilidade recursal?	598
5.	Procedimento do agravo de instrumento	600
5.1	Prazo, competência, requisitos, interposição e preparo	600
5.2	A formação do “instrumento”	603
5.2.1	Peças “obrigatórias”	604
5.2.2	Peças “facultativas” e peças “essenciais”	609
5.3	Comunicação ao juízo <i>a quo</i>	610
5.4	Poderes (incumbências) do relator (art. 1.019/CPC).....	614
5.4.1	Aplicação do inciso V do art. 932 no agravo de instrumento	618
5.5	Da recorribilidade das decisões do relator	626
6.	Superveniência de sentença enquanto pendente agravo de instrumento	627
7.	Agravo de instrumento no microsistema dos Juizados Especiais	634
8.	Considerações finais sobre a alteração legislativa do CPC/15 ao regime do agravo de instrumento.....	640
Capítulo IX.	Agravo Interno	651
1.	Agravo interno	651
1.1	Procedimento do agravo interno.....	654
1.1.1	Prazo, endereçamento, resposta e retratação	654
1.1.2	Exigência legal da impugnação específica e do novo julgamento com fundamentação específica.....	656
1.1.3	Julgamento.....	657
1.1.4	Improcedência ou inadmissão por votação unânime e constitucionalidade da multa	658
1.1.5	Sustentação oral – impossibilidade	661
1.1.6	Efeitos.....	661
1.1.7	Fungibilidade recursal.....	662

Capítulo X. Embargos de Declaração	667
1. Conceito e cabimento	667
1.1 Art. 1.022 – inciso I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição	670
1.2 Art. 1.022 – inciso II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento	671
1.3 Art. 1.022 – inciso III – corrigir erro material	685
2. Natureza Jurídica dos embargos de declaração	686
3. Efeitos infringentes ou modificativos	688
4. Procedimento	692
4.1 Fungibilidade entre embargos de declaração e agravo interno:	692
4.2 Processamento	692
4.3 Efeitos	698
5. Embargos manifestamente protelatórios	709
6. Embargos de declaração prequestionadores	714
Capítulo XI. Recurso ordinário	731
1. Conceito	731
2. Cabimento	733
3. Procedimento	740
3.1 Prazo, endereçamento, requisitos de admissibilidade	740
3.2 Recurso ordinário na forma adesiva	746
3.3 Fungibilidade	747
3.4 Efeitos	749
3.4.1 Efeito suspensivo	749
3.4.2 Efeito ativo	752
3.5 Processamento do recurso no órgão <i>ad quem</i>	753
Capítulo XII. Recurso Extraordinário e Recurso Especial	761
1. Considerações iniciais	761
2. Recurso extraordinário	764
2.1 Previsão legal	765
2.2 Requisitos de admissibilidade	778
2.2.1 Prévio exaurimento da via ordinária – causa decidida em única ou última instância	779
2.2.2 Discussão sobre matéria de direito (notadamente direito constitucional) e não sobre matéria fática	783
2.2.3 Pquestionamento (causa decidida)	787
2.2.4 Existência de Repercussão geral	806
3. Recurso especial	823
3.1 Previsão legal	824
3.2 Requisitos de admissibilidade	835
3.2.1 Prévio exaurimento da via ordinária – decisão emitida por tribunal	836

3.2.2	Discussão sobre matéria de direito (notadamente direito infraconstitucional) e não sobre matéria fática.....	837
3.2.3	Prequestionamento (causa decidida).....	839
4.	Procedimento dos Recursos Especial e Extraordinário	840
4.1	No juízo <i>a quo</i>	840
4.2	Efeitos dos recursos extraordinário e especial.....	845
4.3	Admissibilidade dos recursos especial e extraordinário no tribunal de origem (primeira análise da admissibilidade).....	848
5.	Processamento e julgamento dos recursos especial e extraordinário nos tribunais superiores: (nova análise dos requisitos de admissibilidade e regras de sanabilidade)	854
5.1	Artigos 1.032 e 1.033 – Conversão de recurso especial em extraordinário e vice-versa.....	858
5.2	Do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário.....	862
5.2.2	Questão da devolutividade e profundidade do exame dos recursos excepcionais pelo STJ ou STF (plano vertical)	865
6.	Agravo de admissão em recurso especial e em recurso extraordinário – art. 1.042 do CPC/15.....	872
6.1	Agravo de admissão X agravo interno x embargos de declaração	873
6.2	Especificamente sobre o agravo de admissão do art. 1.042.....	878
7.	Concomitância de interposição dos dois recursos excepcionais.....	884
8.	Recurso extraordinário contra decisão do STJ que julgou o Recurso Especial.....	888
9.	Julgamento por amostragem de recursos especiais ou extraordinários repetitivos (art. 1.036)	889
9.1	Procedimento dos repetitivos nos órgãos superiores (arts. 1.037/1.041).....	896
9.1.1	Outros poderes-incumbências do relator no processamento dos repetitivos nos órgãos superiores (art. 1.038).....	902
9.1.2	Reflexos do julgamento dos recursos repetitivos (art. 1.039/1.041 CPC/15).....	904
Capítulo XIII.	Embargos de Divergência	923
1.	Conceito.....	923
2.	Hipóteses de cabimento	924
3.	Procedimento.....	929
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		941